

Universidade de
Brasília

Instituto de
Ciência Política

**Da instituição à poesia e vice-versa: uma
análise das dinâmicas de poder do
Serviço de Proteção aos Índios pela
poética de Olímpio Cruz**

Ananda Carvalho Cruz

Brasília – DF

Abril, 2023



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**Da instituição à poesia e vice-versa: uma
análise das dinâmicas de poder do
Serviço de Proteção aos Índios pela
poética de Olímpio Cruz**

Ananda Carvalho Cruz

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do professor Henyo Trindade Barretto Filho.

Brasília – DF

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita deste trabalho foi cansativo, mas nem por isso me senti sozinha. Mesmo nos momentos mais difíceis, nos quais tive que lutar contra minha ansiedade e lidar com as adversidades que apareceram no caminho, tive pessoas queridas ao meu lado com quem pude contar.

Primeiramente, eu agradeço à minha família. Ao meu pai, que abriu caminho para que eu pudesse estar onde estou hoje e a minha mãe, que sempre acreditou e torceu por mim. Ao meu irmão querido, que me fez companhia nas longas madrugadas em que eu estive lendo e escrevendo esta monografia. E ao meu tio Pedro, que foi a pessoa que mais se emocionou quando descobriu que eu havia passado para a UnB. E é claro, às minhas tias que forçaram a memória para me ajudar a relatar a história de meu avô.

Agradeço imensamente ao professor Henyo, que, com toda sua serenidade e paciência, me orientou neste trabalho e tornou tudo mais tranquilo. Agradeço também a todos os professores maravilhosos da universidade com quem tive a oportunidade de assistir aula. Todos contribuíram para minha jornada acadêmica, mesmo aqueles que me fizeram querer arrancar os cabelos. Minha gratidão também vai para as amigas que fiz na universidade, especialmente para a Natália, Nayana e Fernanda. Sem elas, eu teria enlouquecido completamente naquele lugar.

Por fim, mas não menos importante, agradeço e dedico este trabalho ao meu avô, alguém que não conheci, mas que sei que está sempre ao meu lado.

“Antes mesmo de prescrever, de esboçar um futuro, de dizer o que se deve fazer, o pensamento, desde sua forma mais matinal, é em si mesmo uma ação - um ato perigoso.”

Michel-Foucault

RESUMO

O presente trabalho buscou construir uma análise acerca da atuação do Serviço de Proteção aos Índios por meio dos poemas de Olímpio Cruz, ex-servidor da instituição. Para desvendar as dinâmicas de poder do órgão, as ideias trabalhadas por Souza Lima em *Um grande cerco de paz* (1995) foram utilizadas como recurso teórico. Dessa forma, o nacionalismo, o integracionismo e a proteção fraternal foram conceitos associados à atuação do SPI. O poder tutelar, como forma de poder estatizado, é compreendido ao longo do texto e identificado nos poemas. Além disso, procurou-se compreender como a produção e o conteúdo de tais poemas podem estar relacionados ao conceito de ativismo burocrático trabalhado por Rebecca Abers. A indignação de Cruz perante a negligência do Estado para com as políticas indigenistas é entendida no trabalho como uma forma de protesto por parte do autor.

Palavras-chave: Serviço de Proteção aos Índios; Indigenismo; Poder tutelar; Ativismo institucional.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Foto de Brasília no início da década de 1960

Figura 2: Foto de Barra do Corda - Maranhão na década de 1960

Figura 3: Foto de mulher e crianças do Povo Canela

Figura 4: Foto de pai e criança do povo Canela

Figura 5: Foto de meu avô entre indígenas do povo Canela

Figura 6: Imagem do mapa do Maranhão. A linha vermelha aponta a distância entre Barra do Corda e São Luís.

Figura 7: Foto da capa da segunda edição (2015) do livro Clamor da Selva

Figura 8: Imagem da pintura “O Último Tamoio” de Rodolfo Amoedo (1883)

Figura 9: Imagem da pintura “O Último Tamoio” de Rodolfo Amoedo (1883)

LISTA DE SIGLAS

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

MACOP - Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas

MAIC - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

MNI - Ministério dos Negócios do Império

SPI - Serviço de Proteção ao Índios

SPILTN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
Motivações.....	9
O SPI como ponte entre a Ciência Política e a Antropologia.....	11
1. A TRAJETÓRIA DO SPI POR MEIO DE UMA NARRATIVA HISTÓRICA.....	17
1.1 - Criação e formação do SPI/SPILTN.....	19
1.2 Bases do poder tutelar e o status jurídico do índio.....	22
1.3 Das alterações na administração a extinção do Serviço.....	27
2. VIDA E OBRA DE OLÍMPIO CRUZ.....	29
2.3 “Clamor da Selva”, poemas selecionados.....	38
2.3.1 A morte de Rondon.....	39
2.3.2 Dezenove de abril.....	46
2.3.3 Elegia a Francisco Meirelles.....	47
2.3.4 Índios Canelas.....	48
2.3.5 O índio morto.....	49
3. ANÁLISE DOS POEMAS SELECIONADOS.....	51
3.1 Nacionalismo, Poder tutelar e críticas à atuação do Estado.....	52
3.2 A presença do ativismo institucional no livro “Clamor da selva”.....	56
Considerações finais.....	59
REFERÊNCIAS.....	62

INTRODUÇÃO

Motivações

Este TCC reflete, por um lado, um interesse acadêmico, e por outro, um interesse pessoal. Pesquisar e escrever sobre o SPILNT/SPI (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais) é uma forma de retomar um capítulo da história do Brasil que diz respeito aos povos indígenas, mas é também uma tentativa de resgatar a história da minha família, a minha história. Eu nasci em Brasília, mas toda a minha família é de um pequeno município no interior do Estado do Maranhão chamado Barra do Corda. Eu fui à cidade apenas uma vez, ainda pequena, mas tenho nítida em minha memória lembranças da praça central, da igreja matriz e de brincar no rio. Sei que alguns membros da minha família tinham envolvimento com a política local. Meu avô por parte de pai presidiu a câmara municipal da cidade na década de 1960 e assumiu a secretaria de administração da prefeitura na década de 1970. Mas talvez, o mais interessante sobre ele seja seu prestígio e envolvimento no campo intelectual.

Olímpio Cruz, meu avô, nasceu em Barra do Corda em 1909 e faleceu em Brasília em 1996. Ele foi poeta, escritor e sertanista, membro da Academia de Letras de Brasília, da Academia Maranhense de Trovas e da Academia Barra-Cordense de Letras. Dentre suas obras, a que considero mais importante é o livro *Cauré Imana, o cacique rebelde*, publicado em 1982, que trata do massacre de Alto Alegre. Em cerca de 120 páginas meu avô explorou a tragédia ocorrida em 1901, na qual indígenas do povo Guajajara promoveram um levante contra uma missão de frades capuchinhos, ocasionando mortes e revoltas. Mas o interesse de meu avô pelo tema não é por acaso. Tendo trabalhado durante 25 anos no SPI, ele conviveu entre os povos Canela, Krahô, Timbira, Guajajara, Krikati e Gavião, e em 1980 recebeu do governo brasileiro a Medalha Nacional do Mérito Indigenista, na categoria “Pacificador”. Os povos indígenas eram uma temática constante em seus poemas, bem como o trabalho de Marechal Rondon e a negligência do governo brasileiro neste assunto.

O fato de meu avô ter trabalhado no SPI durante tantos anos e ter estudado e escrito acerca dos povos indígenas despertou meu interesse pelo tema. Como não tive a oportunidade de conhecê-lo, restaram apenas histórias sobre ele, que são repetidamente contadas pelo meu pai e minhas tias. Minha curiosidade sobre o assunto se tornou maior à medida que cresci e tive contato com suas obras. Todos sempre me disseram que meu avô era um homem muito doce e sua sensibilidade para com o tema em seus escritos sempre me causou estranhamento, visto que o SPI foi uma instituição ligada aos militares e se envolveu em diversos escândalos no final de sua trajetória. Por isso, a pesquisa que fundamenta este trabalho foi uma forma que encontrei de investigar esta instituição, de tentar compreendê-la melhor e de me sentir mais próxima de meu avô.

Para além desses fatores, outros motivos que me levaram a escrever sobre o tema estão relacionados à minha jornada na graduação. Busquei o curso de Ciência Política porque sempre tive interesse em compreender a máquina do Estado e as relações poder envolvidas em sua constituição, mas, por algum tempo, senti que faltava algo. Por isso, procurei cursar diferentes disciplinas do Instituto de Ciências Sociais, dando prioridade para as do Departamento de Antropologia. Nessa trajetória, percebi a importância do espectro antropológico para a Ciência Política e tomei a questão cultural como um elemento norteador dos meus estudos. Isso, por si só, não foi o suficiente para a escolha específica do tema, que só se deu quando compreendi a insuficiência da Ciência Política ao tratar dos povos indígenas.

Em 2021, cursei a disciplina “Internet e Política” com a professora Marisa Von Bulow, do Instituto de Ciência Política. Em uma de suas aulas, ela convidou o professor Leonardo Barros Soares, professor de Ciência Política da Universidade Federal do Pará, para falar do engajamento e da presença indígena nas mídias sociais. O que mais me chamou atenção é que Soares ressaltou o desinteresse acadêmico da Ciência Política em debater a questão indígena. Em seu texto “A ausência eloquente: ciência política brasileira, povos indígenas e o debate acadêmico canadense contemporâneo”, ele demonstra, por meio de uma análise empírica de artigos e teses, como o tema pouco aparece na área. O apelo do professor à comunidade de cientistas políticos para que se estabeleça uma agenda de pesquisa relacionada aos povos indígenas me influenciou a procurar e estudar cada vez mais o tema.

Nessa busca acadêmica pela temática indígena, me refugiei novamente na Antropologia e busquei, no mesmo ano de 2021, a disciplina intitulada “Indigenismo”, ministrada pelo professor Henyo Trindade Barretto Filho. Durante o semestre, tive a oportunidade de entrar em contato com as políticas indigenistas que o Brasil promoveu ao longo dos séculos e, assim, pude compreender com mais clareza a importância histórica e social do SPI. A relação que o Estado brasileiro procurou estabelecer para com os povos indígenas desde o início da República me chamou atenção pela forma como esse projeto foi estruturado. Tomei então a decisão de escrever minha monografia acerca das questões indígenas, mais especificamente sobre o SPI, já que isso permitiria alinhar meus interesses acadêmicos e pessoais. Para tanto, pedi a orientação do professor Henyo, que prontamente aceitou me nortear neste momento da minha vida acadêmica.

O SPI como ponte entre a Ciência Política e a Antropologia

A princípio, escrever sobre o SPI me pareceu uma tarefa tranquila de ser executada, mas logo no início eu tropecei num questionamento simples: o que exatamente eu iria escrever sobre o *Serviço*? Como iria abordá-lo? Afinal, o órgão existiu por mais de 50 anos e promoveu uma série de mudanças na vida dos muitos povos indígenas com os quais estabeleceu relações e, por meio disso, no Brasil como um todo. Havia uma infinidade de assuntos que eu poderia abordar. Além disso, estando na graduação de Ciência Política e sendo orientada por um professor da Antropologia, eu tinha a missão de explorar ambos os campos. Ao longo dos meses que foram se passando, o TCC foi se tornando um desafio para mim em vários sentidos. Entre meus dramas pessoais e acadêmicos, minha maior questão era encontrar uma brecha no tema escolhido que me satisfizesse ao ponto de conseguir escrever meu trabalho em paz e a tempo. Tentei seguir diversos caminhos diferentes com o trabalho, os quais procurei percorrer de todas as formas, chegando a escrever páginas e mais páginas, mas algo sempre parecia fora do lugar e logo eu voltava para estaca zero. Foi um processo frustrante e cansativo.

Foi então que, um dia, vasculhando antigos álbuns fotográficos de família, eu me deparei com fotos de meu avô trabalhando na aldeia do povo Canela. Ali eu reencontrei minha motivação inicial. Meu avô sempre foi a razão para que eu escolhesse este tema. A origem de meu interesse pelas questões indígenas e pelo

SPI sempre foi ele. Dessa forma, eu precisava retomar o meu propósito original e encontrar uma maneira de desvendar o SPI por meio da história de meu avô. Relendo seus poemas, me dei conta de que havia ali um material com potencial de análise, que poderia ajudar na investigação dos ideais do Serviço e, conseqüentemente, na compreensão do lugar que ele ocupava na relação do Estado brasileiro para com os povos indígenas. Selecionei, então, alguns de seus poemas retirados do livro *Clamor da Selva* (1978), cujos temas estavam atrelados ao SPI. Escolhi-os como forma de compreender o órgão por meio da produção poética de meu avô.

Para tal exercício, eu precisava ir além de uma análise pura e simplesmente histórica do tema. Seria preciso utilizar os escritos de meu avô, que estivessem relacionados ao SPI, para investigar a atuação do órgão em um contexto geral, passando pela sua história, objetivos, missão, personagens e feitos. Para envolver a Ciência Política e a Antropologia seria necessário fazer com que suas obras ajudassem a compreender as relações de poder envolvidas na atuação do órgão, bem como o tecido social no qual estava inserido. Mas como fazer isto? Os textos de meu avô por si só não me dariam a base teórica necessária para analisar o SPI. Era preciso perceber a instituição por meio dos muitos trabalhos já existentes sobre o Serviço. Com a orientação do professor Henyo, consegui selecionar uma bibliografia já muito bem consolidada sobre o Serviço: *Os índios e a civilização*, de Darcy Ribeiro; *Um grande cerco de paz*, de Antônio Carlos de Souza Lima; *O indígena e a república*, de José Mauro Gagliardi; *Rondon: Uma biografia*, de Larry Rohter; *A política indigenista no Brasil: 1930-1967*, de Leandro Mendes Rocha; *Primeiros contatos: atrações e pacificações do SPI*, de Carlos Augusto da Rocha Freire – para citar os trabalhos mais substantivos com os quais trabalhei.

A ideia foi fazer das obras um meio de observação indireta das fontes primárias que elas mobilizam e citam amplamente. Foi aí que apareceu o segundo problema: se, por um lado, a quantidade de obras era uma vantagem pela abundância de dados que fornecia, por outro, se mostrava um problema pelas diferentes narrativas e interpretações apresentadas. Ao acessar as fontes primárias por meio das obras, foi possível perceber como cada autor abordava a história e a atuação do órgão de maneiras diferentes. Algumas narrativas se mostram heroicas, já outras se inclinam para a análise crítica. Por vezes, a abordagem é mais histórica, em outros é mais

sociológica. Certas obras captam os olhares indígenas sobre os acontecimentos, enquanto a obra de Darcy Ribeiro, por exemplo, traz a perspectiva de alguém que trabalhou diretamente no órgão. Essa variedade mostra como, mesmo depois de extinto, o SPI configura um campo de disputa de narrativas sobre o sentido de propósito da instituição. Inicialmente, isso parecia ser um obstáculo para a pesquisa. Afinal, o que fazer se cada autor desvela uma face diferente do SPI? Mas essa questão era na verdade uma oportunidade para entender a disputa de narrativas que ronda o órgão.

Em *Como as instituições pensam*, Mary Douglas (1998) explica que a forma como a narrativa histórica é construída impacta diretamente na identidade da instituição. No caso do SPI, diferentes narrativas sobre este coexistem porque sua trajetória institucional é colocada em questão. O centro da disputa é a identidade da instituição, isto é, aquilo que ela representa, seus valores e o contexto histórico e político no qual estava envolvida. Durante sua existência, o SPI projetou uma imagem heroica de si mesmo, algo que estava alinhado ao projeto nacionalista e positivista da época, e prevalecente no estamento militar. Tal imagem prevalece no imaginário acadêmico até hoje e se choca com outras narrativas que procuram desconstruí-la. É justamente uma análise deste embate que nos permite compreender mais e melhor as relações de poder envolvidas no processo de institucionalização do SPI.

Dentro da Ciência Política, uma das questões mais importantes é entender como o poder é constituído, organizado e sustentado. De maneira geral, o poder se orienta por uma lógica de autoridade e força. Nesse sentido, entender o SPI como instituição por meio do conflito de narrativas existentes, é uma forma de acessar um de seus principais pilares de sustentação: a projeção de seu poder, isto é, a forma como o órgão construiu essa representação de si mesmo, exibindo uma imagem de heroísmo, eficácia e progresso, que justificasse e assegurasse a sua existência e modos de atuação. A construção das relações de poder por meio do e no SPI tem como uma das principais dimensões a forma como este se apresenta, sua autoridade e força estando atrelada a sua identidade e valores. Por isso, disputar a imagem do Serviço por meio das narrativas, implica em disputar o retrato da relação do Estado brasileiro para com os povos indígenas – de como está se dá e/ou deve se dar.

Não é possível compreender plenamente a relação do Estado para com os povos indígenas sem entender que as narrativas acerca deste tema competem entre si. As relações de poder estabelecidas pelo SPI durante seu processo de institucionalização se deslocam de eixo ao depender da narrativa apresentada. Ao difundir a imagem de um órgão pacífico e de ideais modernos, o poder ocupa um certo lugar, que é diferente daquele quando a instituição é retratada como possuindo pouquíssimos recursos e cometendo abusos. Dessa forma, é preciso cautela ao acessar as fontes que dizem respeito ao órgão, sejam elas oficiais ou não. É necessário entender o contexto em que cada obra foi escrita e procurar analisar o seu objetivo. A depender da interpretação de cada autor, temos uma imagem diferente do SPI e, conseqüentemente, um retrato diferente do relacionamento que é estabelecido entre o Estado brasileiro e os povos indígenas no período em que a agência atuou.

Apesar da importância da questão que trata do conflito de narrativas entre as várias obras citadas, seu impacto na construção deste trabalho se dá de forma indireta, isto é, o foco deste trabalho é bem mais pontual. Construí esta linha de raciocínio a fim de chamar a atenção para o fato de que os próprios textos que selecionei de meu avô fazem parte de uma narrativa. Além disso, é importante lembrar que a seleção de uma bibliografia é delicada, pois, se mal conduzida, pode fazer com que o trabalho tome caminhos muito diferentes. Desse modo, apesar de todas as obras citadas acima terem sido utilizadas aqui como fonte de pesquisa, uma em específico foi escolhida para dar sustentação à análise. Logo, a trajetória, a atuação e os personagens serão tratados por meio de uma narrativa, que norteará de fato o trabalho. *Um grande cerco de paz* de Souza Lima foi o livro escolhido para dar apoio à base teórica. Essa escolha se deu, primeiramente, por motivos práticos, pois a leitura se tornaria extremamente cansativa se fossem abordadas diferentes narrativas de uma só vez. Outro fator para essa escolha está atrelado ao fato de que considero a obra de Souza Lima completa em todos os sentidos, pois é rica não apenas no aspecto histórico, mas também no sentido sociológico. A trajetória do Serviço é apresentada pelo autor no livro de forma que ele se distancia do objeto, a ponto de tentar discernir os fatos da história oficial do órgão – narrativa que permanece tendo força até hoje.

Pode-se dizer então que a ideia central deste trabalho é fazer dos poemas selecionados de Olímpio Cruz um ponto de apoio para compreender o SPI para além de sua história oficial, utilizando como base os conceitos desenvolvidos em *Um grande cerco de paz* (1995). A intenção é fazer dos poemas e da tese de Souza Lima um caminho possível para compreender aspectos do SPI que tratam do seu poder tutelar, do exercício nacionalista, dos ideais positivistas e da construção de comunidades imaginadas. Além disso, o trabalho é também uma tentativa de ver tal instituição por meio dos olhos de um servidor e demonstrar como na máquina burocrática também perpassam convicções morais. Com isso, almejo: (i) identificar e apontar como foram traçadas as relações de poder na e da instituição; e (ii) discutir a moralidade das instituições. Tudo isso transitando sempre entre a Ciência Política e a Antropologia.

Como citado anteriormente, *Um grande cerco de paz* de Souza Lima (1995) foi o livro escolhido para nortear o trabalho. Assim, no primeiro capítulo a história do SPI será abordada de forma ampla com base nesta narrativa em específico. No segundo capítulo será contada a história de meu avô, bem como sua trajetória dentro do SPI e seu envolvimento com o mundo literário. A segunda parte também apresentará o livro *Clamor da Selva* (1978), bem como os poemas selecionados. Já no terceiro capítulo, os poemas serão interpretados e contextualizados com base na tese de Souza Lima. Além disso, com base na análise feita acerca do livro, a terceira parte deste trabalho também procurará compreender a máquina institucional como um sistema vivo, ultracomplexo, no qual perpassam valores pessoais. A ideia de *ativismo institucional*, trabalhada por Rebecca Abers, será acionada para tal discussão. Por fim, as considerações finais compreendem a um fechamento do arco de raciocínio e das reflexões levantadas acerca das dinâmicas de poder do SPI e do trabalho de meu avô na instituição.

1. A TRAJETÓRIA DO SPI POR MEIO DE UMA NARRATIVA HISTÓRICA

Entendo que discorrer sobre a história do SPI neste trabalho tem uma importância que vai além da necessidade simplesmente formal do TCC. Ao longo do tempo em que estive trabalhando nesta pesquisa, observei que a maioria das pessoas não tinha a menor ideia do que era o SPI, ou quem havia sido o Marechal Rondon. Quando me perguntavam o assunto do meu trabalho de conclusão de curso, eu logo percebia as caras confusas quando eu lhes respondia. Dessa forma, eu vejo essa primeira parte do trabalho como uma oportunidade de expor um pedaço pequeno, mas muito importante da história do país. Esse período histórico ao qual me refiro está intimamente ligado à formação do Estado brasileiro republicano e é crucial para entendermos sua relação para com os povos indígenas.

O interessante de se estudar o início do período republicano no país é que temos a chance de compreender melhor os pilares que sustentam o Estado como o conhecemos hoje. Quando tratamos da política indigenista no Brasil, é possível perceber que há uma certa nebulosidade acerca do tema. Penso que parte disso está atrelado ao fato de que tais questões estão envolvidas em uma disputa de poder. Tal disputa está relacionada à estrutura de instituições, à ocupação de territórios, à dominação de povos, à formação do próprio país. É justamente daí que parte o conflito de narrativas, como mencionei na introdução. O que pretendo ressaltar aqui é que a República do início do século XX estava comprometida com a construção de um projeto para o país, e a forma como os povos indígenas foram estrategicamente colocados nesse projeto, estabelece as bases para compreendermos a política indigenista no período atual.

Partindo, então, do princípio de que o SPI é peça fundamental no entendimento da política indigenista no Brasil, seria necessário que eu escolhesse muito bem a narrativa na qual este primeiro capítulo se baseia. Como dito na introdução, optei por limitar a descrição da história do Serviço por meio de uma narrativa em específico. Tal escolha se dá por motivos práticos, mas também porque considero a obra escolhida um dos melhores retratos do SPI dentre os demais na bibliografia selecionada. *Um grande cerco de paz* (1995), de Souza Lima, é um livro cujo primeiro contato se deu na disciplina “Indigenismo”, do professor Henyo. A princípio, lendo apenas alguns trechos, me pareceu apenas mais um livro que abordava o SPI,

mas ao iniciar a pesquisa e ter a oportunidade de ler a obra por inteiro, percebi que ela se diferenciava das demais.

Um fator determinante que a distingue é justamente a formação acadêmica do autor. Antônio Carlos de Souza Lima possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1976-1979) e mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980-1985 e 1986-1992), nos quais voltou seu tema para o campo do indigenismo no Brasil. Foi inclusive sua tese de doutorado, que, posteriormente, se tornou a obra cujo estudo será objeto deste capítulo. Além de *Um grande cerco de paz*, Souza Lima também escreveu outros livros acerca da questão indígena, dentre eles: *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista* (2002); *Além da Tutela - Bases para uma Nova Política Indigenista* (2002); *As órbitas do sítio: subsídios da política indigenista no Brasil* (2009); e *A educação superior de indígenas no Brasil: balanços e perspectivas* (2016).

A influência da formação em História se dá de forma muito evidente na obra. Ao longo do livro, percebe-se o cuidado com as datas, com os personagens envolvidos e com os demais órgãos relacionados ao Serviço. A relevância dada aos detalhes não é por acaso. Ele ressalta tudo isso a fim de elaborar o seu ponto: demonstrar como o SPI contribuiu diretamente para a formação do Estado Brasileiro, a partir da construção de comunidades nacionais imaginadas por meio de um certo tipo de exercício de poder. Ao tratar das questões políticas e de toda a burocracia pública envolvidas no Serviço, Souza Lima coloca em foco o poder como tema importante para decifrar a atuação do órgão. O autor demonstra como a *proteção fraternal*, supostamente colocada em prática pelo SPI, sustentou uma dinâmica de poder tutelar por parte da administração pública brasileira que culminou na ideia de incapacidade civil relativa dos índios, estabelecido pelo artigo 6º do Código Civil Brasileiro de 1917.

Para sustentar seu raciocínio, Souza Lima se apoia nas formulações de Michel Foucault, as quais ele utiliza para pensar o indigenismo como um discurso, como ele próprio coloca. O pensamento de Foucault acerca do exercício do poder e da disciplina imposta pelo Estado para gerir populações, instituições e território, é base para reflexão de Souza Lima. Isso justifica a escolha de Foucault como parte do

fundo teórico que envolve este trabalho, pois há uma clara influência de Souza Lima neste sentido. Retomando o livro, é importante evidenciar também a proposta do autor em elaborar um contraponto à história oficial do órgão, buscando a dimensão sociológica da trajetória do SPI. É justamente por meio desta dimensão que Souza Lima investiga como o exercício do poder se deu durante a atuação do Serviço.

Dessa forma, o objetivo deste capítulo é trazer a interpretação histórica e sociológica que o autor oferece, mostrando, assim, a criação e a organização administrativa do SPI, sua implantação, estratégias e táticas para o exercício de seu poder. Além de discorrer também sobre o *status* jurídico do índio e das bases que sustentam o poder tutelar.

1.1 - Criação e formação do SPI/SPILTN

A história oficial do SPI é mais um dos vários “contos de fada” que compõem o mito heroico acerca do período republicano brasileiro. Diversos arquivos e documentos do órgão, além de livros extraoficiais (alguns serão explorados neste trabalho), contam uma história de coragem, bravura, comprometimento e humanidade. Tais fontes relatam que o Serviço foi fundado em 1910 pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, cuja grande missão de vida era a proteção dos povos indígenas. Segundo essas narrativas, o SPI foi responsável por garantir a sobrevivência e direitos dos povos originários que permanecem até hoje em nossa sociedade. Entre mentiras, verdades e meias verdades, há muita informação confusa, distorcida, faltando, mas também correta. A história do SPI, tal como se apresenta oficialmente, é parte da fábula positivista e republicana na qual o Brasil se apoiou para construir-se como Estado-nação. Mas, como bem já pontuei algumas vezes, minha intenção aqui é trazer uma narrativa sociológica acerca do SPI.

Para começar, é importante ressaltar que, ao longo do período imperial, uma parte da máquina pública estava voltada ao problema indígena, relacionando-o às temáticas da terra, trabalho e guerra. Durante o Segundo Reinado, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP), o Ministério dos Negócios do Império (MNI) e os ministérios da Guerra e o da Marinha, abarcavam atribuições direcionadas à questão indígena. Os dois últimos eram responsáveis por realizar bandeiras e combater indígenas hostis (no caso do Ministério da Guerra); e requisitar jovens indígenas para o alistamento (no caso do Ministério da Marinha). Já

o MNI era responsável por regular as missões religiosas, legislando e fiscalizando a ocupação de terras e implantação de aldeamentos nas províncias. O Ministério devia prestar contas aos diretores gerais nomeados pelo Imperador, funcionários civis que recebiam patentes militares, mesmo não fazendo parte do Exército. Posteriormente, as atribuições do MNI foram repassadas ao MACOP e, pouco antes da República, ficaram a cargo das próprias províncias.

De acordo com Souza Lima (1995), pode-se observar três principais características da organização administrativa do período imperial no que diz respeito aos povos indígenas: (i) sistema de funções pouco centralizado; (ii) os valores civilizados, que deveriam ser transmitidos pelos agentes públicos aos indígenas, eram entendidos como valores cristãos; e (iii) e os funcionários responsáveis eram civis que recebiam patentes e não oficiais de um Exército profissionalizado. Essas características são aqui destacadas porque são as que mais contrastam com a ação do período republicano e, conseqüentemente, nos ajudam a compreendê-lo. Apesar das diferenças, um ponto de continuidade entre os dois períodos é a relação que o Estado estabeleceu entre indígenas e a agricultura. Tal questão permanece importante no novo regime justamente porque contribui para a centralização do poder, isto é, do controle para a formação de um só povo que constituiria a nação brasileira.

Ao assumir o poder, o regime republicano se encontrava numa situação delicada: além da necessidade de reformular as bases políticas do país, era preciso lidar com a crise da agricultura resultante do pós-abolição. Setores sociais ligados ao tema se reuniram por meio da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), que funcionava como um grupo de pressão e de formação de opinião. Entre as demandas da *Sociedade*, havia a criação de um ministério que pudesse atender seus interesses, que impulsionasse a modernização da produção agrícola e que contribuísse para fixação da mão-de-obra em pequenas propriedades. Nas palavras de Souza Lima:

[...] propunha-se a extensão das técnicas disciplinares a um espaço (o mundo rural) e às suas populações, realizando a dupla tarefa de integrar território e população sob o signo de uma figura de centralidade do poder (a nação), construída de modo bastante diferenciado e diferenciador, face aos modelos imaginados de comunidade política dominantes durante o Império,

e aos atuantes na Europa Ocidental e nos EUA. (SOUZA LIMA, 1995, p. 102)

Atendendo às demandas da SNA, é implementado em 1909 o *Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio* (MAIC). Considerado um ministério técnico, o MAIC nasce em um contexto de abandono da postura liberal na economia. Nesse sentido, diferentes setores ligados à agricultura passaram a competir por recursos públicos, principalmente segmentos oriundos de São Paulo e Minas Gerais. É necessário ter em mente tal disputa para que possamos entender como essa partilha do orçamento se tornou crítica em certos momentos para o SPI. Fato é que o MAIC foi um ministério voltado para uma fração das classes dominantes, que assim o utilizavam para exercer e demonstrar seu poder. Souza Lima (1995) esclarece tal ponto por meio das ideias de Foucault ao afirmar que “o MAIC é um excelente exemplo de existência, exercício e mecanismos do fenômeno mais geral da dominação, onde relações de luta e de estratégia estão intensa e profundamente imbricadas” (SOUZA LIMA, 1995, p. 107).

Durante sua existência, a organização administrativa do MAIC passou por reformas que impactaram, principalmente, seu orçamento e seu quadro de funcionários. Mesmo com constantes cortes na receita pública geral, que ocorriam devido à conjuntura política interna e externa da época, o Ministério foi capaz de preencher seu quadro com cargos técnicos. A exigência era de formação acadêmica em agronomia. O aspecto técnico idealizado pelo MAIC tinha relação direta com sua proposta de regeneração agrícola, pois a ideia era promover a grande produção mercantil por meio da tecnologia e possibilitar o crescimento do setor tornando-o mais industrializado. Para tanto, o Ministério buscava atuar através da propagação de informação e pela educação. Congressos, exposições e criação de instituições de ensino agrônomo foram estratégias criadas pelo MAIC a fim de atingir seus objetivos. Para Souza Lima (1995), “de todo esse projeto cabe reter a extensão territorial que pretendia abarcar e a concepção disciplinar, sob o signo da ciência e da técnica, proposta às populações imaginadas como seus alvos” (SOUZA LIMA, 1995, p. 112).

A reestruturação do meio rural brasileiro, desejada por uma certa classe dominante e executada pelo *Ministério*, também era usada para “pensar os índios como matéria para intervenção governamental” (SOUZA LIMA, 1995, p. 108). Por

meio de paradigmas evolucionistas e teorias raciais, o problema indígena havia se tornado material para a construção de um plano institucional. A ideia era transformar indígenas em trabalhadores rurais, mas não apenas isso: era preciso torná-los verdadeiros cidadãos brasileiros. Para tanto, era necessário um projeto que contribuísse para a construção de uma nação fortalecida por meio da inclusão dos povos indígenas. A intenção efetiva, contudo, era fixar os indígenas às terras por meio da agricultura e “civilizá-los”, garantindo assim o território para o Estado brasileiro (principalmente as fronteiras) e para o usufruto dos grandes proprietários e produtores rurais.

A fim de abarcar todas as faces desse projeto, o MAIC cria, em 1910, o *Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais* (SPILTN), a primeira versão do que viria a se tornar futuramente o *Serviço de Proteção ao Índio* (SPI). Apesar de um pouco maçante e cansativa, a primeira seção deste capítulo cumpre o importante papel de demonstrar as bases político-administrativas nas quais o SPILTN/SPI se apoiou. As informações aqui expostas apresentam um lado do Serviço que muitas vezes fica de fora da história oficial. Mesmo com um orçamento bastante reduzido em comparação a outros órgãos, a ideia de grandiosidade era amplamente apresentada por seus membros a um público que a reconheceu como verdadeira. Por meio de imagens e documentários produzidos e difundidos pelo órgão, o Serviço garantiu para si, a possibilidade de contar os fatos por meio de uma versão própria, contribuindo, de certa forma, para sua legitimação. Novamente, a questão das narrativas aparece aqui como fundamental para entendermos a construção desta instituição.

1.2 Bases do *poder tutelar* e o *status jurídico do índio*

Enquanto escrevia este trabalho, confesso que tive uma dificuldade enorme em pensar no resumo do SPI em uma só ideia. A princípio pode parecer certo dizer que se trata de um órgão ligado à questão indígena no início do século XX, mas acontece que o Serviço é muito mais complexo do que isso. Ele não envolve apenas o problema indígena: o órgão foi criado para pensar também nas questões do campo, da divisão de territórios e da formação de mão-de-obra. O Serviço era, além disso, uma forma que o governo de viés positivista da época encontrou para construir a ideia de nação a partir daqueles considerados os primitivos senhores da

terra. Por isso, ao falar sobre o SPI, é preciso estar ciente de que a tarefa que o órgão desempenhou estava totalmente alinhada aos interesses positivistas, militares e de determinados setores privados. Nesse sentido, os detalhes da implantação do Serviço merecem nossa atenção, desde os funcionários selecionados para o trabalho, as datas e os símbolos escolhidos, as encenações políticas, a missão defendida pela instituição e seus membros. O foco desta seção do capítulo está nas bases políticas e ideológicas que sustentaram e legitimaram a criação e atuação do SPI.

Como disse anteriormente, detalhes importam. Prova disso é que o Serviço foi criado em junho de 1910 por meio de um decreto do MAIC, mas sua inauguração pública se deu no dia 7 de setembro do mesmo ano. A data escolhida remete à importância dada aos símbolos da nação, pois trata-se do mesmo dia em que é celebrado a Independência do país. O forte nacionalismo encontrado desde a criação do órgão é fruto do positivismo ortodoxo presente na política da Primeira República. O Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon foi o escolhido para estar à frente do SPI no cargo de Diretor Geral. O nome de Rondon já era reconhecido pela opinião pública e vinculava-se às ações tidas como heroicas feitas em prol dos povos indígenas. Mas Souza Lima (1995) destaca que a escolha de um funcionário público para comandar o Serviço – mais propriamente de um militar – não ocorreu devido a um movimento da sociedade civil ou da opinião pública. A escolha por Rondon foi mais uma das formas para se estabelecer a ideia de ação estatizada para os índios. Afinal, quem melhor do que um militar para comandar a tarefa de “expandir o controle governamental sobre o território e as populações nele dispersas” (SOUZA LIMA, 1995, p.113)?

Considerado um herói do Brasil republicano, Rondon era tido como um desbravador dos sertões antes mesmo da criação do Serviço. O militar havia sido responsável pela missão de liderar a instalação e a conservação de linhas telegráficas em regiões remotas. Tal projeto proporcionou estudos científicos, geográficos, cartográficos e contou com a participação de povos indígenas. Por esse motivo, tornou-se patrono da Comunicação do Exército das Telecomunicações. A forma como lidou com a aproximação aos povos indígenas ganhou destaque pela sua efetividade. As técnicas de pacificação adotadas pelo militar tornaram-se a máxima defendida pelo Serviço e é evidente em uma de suas declarações mais

famosas: “morrer se preciso for; matar nunca”. Em 1958, foi o primeiro brasileiro a ser apresentado como candidato ao Prêmio Nobel da Paz. Vale ressaltar aqui que apesar de não ser o foco deste trabalho, é preciso apresentar e dar destaque à figura de Rondon, devido a sua importância na construção do SPI e da história do indigenismo republicano brasileiro.

A figura de Rondon representava os ideais republicanos. Sua forte aderência ao positivismo indicava um afastamento dos valores da monarquia. Tal distanciamento era essencial para a construção de um órgão que prezasse pela construção da pátria e que tivesse como base a ciência, em detrimento dos ideais religiosos. A princípio, a ideia do MAIC era criar um serviço para “catequese e civilização dos índios” – termos que recobriam a política adotada no Império. Entretanto, para que se pudesse manter uma distância substancial na relação Igreja/Estado e em nome da “salvação científica” daqueles considerados matéria-prima da pátria, a catequese foi substituída pela ideia de proteção. Nesse sentido, o SPI/LNT visava a laicização dos serviços estatizados ligados às questões indígenas. No lugar do trabalho missionário, previa-se um trabalho “pedagógico” de transformação do indígena em civilizado e, mais precisamente, em trabalhador brasileiro.

Apesar de se afastar da ideia de religiosidade, o SPI não deixa de ser uma espécie de continuação do trabalho do missionário no período colonial. Claro, o Serviço não pode ser reduzido a tanto. Mas aqui me refiro à atuação de seus servidores, mais especificamente, à ideia construída acerca de sua atuação. Ao encenar e propagar imagens de bravura e altruísmo, os funcionários do SPI ocupavam um papel semelhante àquele desempenhado por missionários, que praticavam sua autoridade frente aos povos indígenas com a justificativa de salvação de suas almas. A diferença é que, no caso do Serviço, as ações eram praticadas em nome da evolução, isto é, da “ciência” e da proteção dos povos indígenas. De acordo com Souza Lima, a forma de atuação missionária do período colonial representa as bases de construção daquilo que o autor entende como poder tutelar. Com base nesse tipo de poder foi elaborado o *status* jurídico do índio, que serviu como mecanismo de legitimação para atuação do órgão.

Os critérios e dispositivos classificatórios legais utilizados pelo Serviço para definição dos povos nativos eram uma forma de delimitar aqueles que seriam tutelados pelo órgão. Portanto, a rotulação dessa população era centro de disputa. O Código Civil de 1916 trazia a figura do índio atrelada a ideia de incapacidade civil relativa. De acordo com o decreto nº 5.484/1928, os Índios do Brasil eram todos aqueles que se encaixavam nas seguintes categorias: (1º) índios nômades; (2º) índios arrendrados ou aldeados; (3º) índios pertencentes a povoações indígenas; e (4º) índios pertencentes a centros agrícolas, ou que vivem promiscuamente com civilizados. Ao criar legalmente uma categoria social, incluem-se tais povos a uma comunidade política, mas isso não resulta em sua autonomia. Ao declarar como limitada sua capacidade participativa, previa-se como necessidade um mediador, isto é, a tutela àqueles que recebessem a atribuição do status de índio.

Cabe aqui chamar atenção para o nome inicial que o Serviço recebeu. O Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais teve essas últimas palavras acrescidas devido ao “engrenamento do problema indígena com o trabalhador sertanejo, pela seriação do selvagem, do pacificado e caboclo já fundido na população” (SOUZA LIMA, 1995, p.119). Isto significa que o contorno utilizado pelo Serviço para delimitar a população com a qual iria trabalhar, ia um pouco além do indígena considerado nômade e/ou selvagem. A meu ver, o nome inicial demonstra a preocupação do órgão com a questão do território e da formação de trabalhadores no meio rural e diz muito sobre o propósito com o qual o Serviço foi criado.

É com base nesse delineamento impreciso que o poder tutelar construiu seus mecanismos de poder e sustentou sua legitimação. Para entendermos o exercício deste poder, é preciso estar ciente de que os povos indígenas eram tidos como parte de um projeto político. Nas palavras de Souza Lima:

Os índios eram um estrato social concebido como transitório, futuramente incorporáveis à categoria dos trabalhadores nacionais. Para o SPILTN as populações classificáveis enquanto indígenas não eram povos dotados de história própria, de tradições que os singularizariam entre si sendo a comunidade nacional brasileira deles distinta: eram brasileiros pretéritos, a comunidade imaginada se antepondo a seus componentes. (SOUZA LIMA, 1995, p. 120)

O Serviço era o órgão público responsável por discipliná-los por meio do trabalho agrícola e torná-los parte do futuro do país. Entretanto, esta tarefa seria executada através de um método supostamente capaz de transformar os indígenas de forma segura e gradual, sem intervir com violência. É aqui que se encaixa a ideia de proteção, que trata tanto da defesa da vida física do índio, como de sua vida moral. Tudo isso sem a utilização da doutrinação religiosa. Esta retórica de não intervenção é fruto de ideias defendidas por Marechal Rondon, cuja experiência para com os povos indígenas vinha de longa data. Pode-se dizer, então, que o Serviço detinha a missão de fazer com que os povos indígenas chegassem seguros ao que se acreditava ser (dentro de uma ideia evolucionista) seu “destino final”: a de trabalhador rural, devidamente civilizado.

Para tornar possível o processo de civilização dos índios, seria necessário fortalecer a presença de um Estado nacional imaginado. Além de incorporá-los ao mercado de trabalho, os costumes, a língua e o vestuário eram alguns dos aspectos que deveriam ser assimilados pelo povo conquistado. Chamo atenção aqui para a questão da conquista, pois mesmo com a intenção de trazer uma abordagem moderna, o Serviço procurava classificar as populações nativas de acordo com o tipo de relação estabelecida, podendo esta ser de aliança ou de guerra. O que demonstra uma clara herança das táticas de conquista portuguesa. A segregação proposta pelo Serviço era uma forma de traçar a melhor estratégia de como lidar com essas populações. Por meio de uma abordagem pacífica, procurava-se transformar os inimigos em aliados. As técnicas utilizadas eram baseadas nas fórmulas jesuíticas, remetendo novamente a herança colonial.

Sem utilizar a doutrinação religiosa e sem praticar a violência aberta, o Serviço procurou “ganhar a guerra através da paz”. A ideia de proteção fraternal defendida pelo órgão, legitimava-se pela ausência da autonomia indígena que tinha parecer legal – e se manifestava mecanismos que limitavam a liberdade dos nativos. Para cumprir a missão de proteger, amparar e salvar os povos indígenas, o Serviço se empenhou em fixá-los à terra, vigiando-os e controlando-os. É a construção deste cerco de paz que, na concepção do SPI, seria capaz de assegurar um processo de civilização “pacífico” e a conquista dos territórios de grande parte do interior do país.

O processo de sedentarização das populações indígenas era essencial na transformação do índio selvagem em trabalhador rural, pois permitiria que pudesse aprender e desenvolver rudimentos de lavoura e pecuária. A importância desse processo não se limitava à qualificação da mão-de-obra indígena, pois, ao condicionar esses povos a determinados espaços geográficos, o Serviço garantia a articulação política e espacial. Pode-se dizer, então, que o órgão detinha também uma tarefa de caráter geopolítico. Por meio das alianças criadas, era possível exercer o poder sobre territórios e populações antes alheios à administração pública, de forma a controlá-los e discipliná-los. Essa ação servia como forma de tutelar essas populações consideradas alienadas e torná-las parte do povo brasileiro.

1.3 Das alterações na administração a extinção do Serviço

Para exercer sua tarefa, o Serviço se apoiava em táticas e estratégias de conquista que se organizavam por meio de fases de ação. Tudo começava pelas expedições, cujo objetivo era basicamente fazer o reconhecimento do terreno. Feito isso, partia-se para a primeira fase, a qual consistia na *atração* de índios selvagens. Nessa fase, era utilizada a estratégia militar de *pacificação*, que consistia numa série de métodos para se estabelecer um contato não violento. Isso ficava a depender do grau de convívio que os nativos tinham com os *civilizados*. Estabelecido e estabilizado tal relacionamento, o Serviço procurava reunir a população pacificada em unidades operacionais – os postos indígenas. O próximo passo consistiria na fase de transformação do índio selvagem em semiselvagem, algo que ocorreria por meio da educação formal oferecida a esses povos. Na terceira fase, os índios passariam a ser semicivilizados devido aos ensinamentos dos trabalhos agrícolas e industriais. Por fim, a quarta fase consistia em introduzir definitivamente o índio na vida civilizada, fazendo dele um trabalhador rural e permitindo a sua emancipação.

A cada avanço das fases listadas acima, as unidades administrativas do Serviço também se modificavam, passando pela escala de postos de atração, postos indígenas, povoações indígenas e, por fim, centros agrícolas. Em 1918, apenas oito anos após a sua criação, o Serviço teve seu nome reduzido e passou a ser denominado apenas como Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Essa transformação se dá em face às mudanças na sua organização administrativa. No início, o órgão contava com a formação e a administração de centros agrícolas, que atendia aos

trabalhadores rurais e aos índios que atingissem essa categoria. A alteração implicava em passar tal responsabilidade para o Serviço do Povoamento, fazendo com o que SPI fosse primordialmente destinado aos *índios*. Entretanto, a ideia de trabalho no campo nunca desapareceu do horizonte do *Serviço*.

Após a “Revolução de 30”, o *Serviço* sofreu mudanças significativas em sua organização administrativa, fruto das reformas do novo período. A primeira mudança foi realocar, em 1930, o SPI para o *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* (MTIC), com a justificativa de melhor regular e controlar serviços ligados à mão-de-obra. Apenas três anos depois, em 1933, o *Serviço* é novamente transferido para outro ministério. Dessa vez, ele é incorporado ao Ministério da Guerra e recebe a tarefa de vigilância e nacionalização das fronteiras. A ideia era incluir no *Serviço* a tarefa de defesa nacional. Souza Lima (1995) chama atenção para “potencialidade militar do índio” e seu possível papel de guarda de fronteiras. Por fim, em 1939, o SPI torna-se subordinado ao Ministério da Agricultura, pois considera-se o problema da proteção aos índios ligado às atividades agrícolas.

O SPI chega ao fim na década de 1960, em plena ditadura militar. O *Serviço* foi protagonista de graves denúncias que resultaram em sua extinção no ano de 1967. Na época, uma Comissão Parlamentar de Inquérito verificou uma série de crimes e irregularidades cometidas pela instituição. Um documento com mais de sete mil páginas, conhecido como Relatório Figueiredo, foi elaborado para relatar os as barbaridades praticadas. No lugar do SPI, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). É interessante observar que mesmo em meio a uma trajetória administrativa um tanto conturbada e com um déficit em termos de receita e suporte, o *Serviço* foi capaz de manter e transmitir uma imagem de bravura, altruísmo e patriotismo. A intensa divulgação de seus feitos se dava por meio de fotos e filmes que exibiam e atestavam a eficácia do órgão em transformar os nativos em civilizados. A imagem que o SPI veiculava acerca de sua ação era parte de uma tarefa cênica desempenhada pelos positivistas até os últimos dias de vida do órgão.

2. VIDA E OBRA DE OLÍMPIO CRUZ

Existe um cômodo da minha casa denominado “quartinho da bagunça”. Lá nós costumamos guardar várias coisas, como livros, discos, CDs e fotos, muitas fotos. É neste lugar que se encontram os álbuns de fotos antigas da minha família, os mesmos que se vinculam à motivação inicial deste trabalho. Os álbuns estão bem conservados. As fotos em preto e branco coladas em folhas de papel mostram uma variedade de cenários e épocas. Em algumas, é possível encontrar uma Brasília recém-inaugurada, muito diferente da atual. Em outras fotos, Barra do Corda, no Maranhão, aparece como uma típica cidade do interior em meados do século XX. Datadas nas décadas de 1940 a 1980, as fotos percorrem a história da minha família. Casamentos, aniversários, formaturas, viagens e até mesmo velórios são temas recorrentes nos quais meus parentes são os personagens principais. É engraçado vê-los tão novos, com roupas e penteados de uma outra época. Mas, para mim, o mais interessante é ver aqueles que nunca conheci de fato. Entre eles, está o protagonista e a estrela guia deste trabalho: meu avô.



Figura 1: Foto de Brasília no início da década de 1960



Figura 2: Foto de Barra do Corda - Maranhão na década de 1960

É curiosa a sensação de escrever sobre ele, alguém que não cheguei a conhecer, mas do qual, de alguma forma, me sinto tão próxima. Digo isso porque sei que compartilhamos interesses em comum, como a poesia, a escrita e o estudo dos povos indígenas. Mas verdade seja dita, o caminho até essa proximidade foi lento. Uma coisa que eu não compreendia muito bem quando me deparei com os álbuns fotográficos pela primeira vez, ainda criança, era a quantidade de imagens de indígenas. Na maioria das vezes, as fotos eram tiradas na própria aldeia e os mostravam desempenhando atividades cotidianas. Em outros casos, eles apareciam na cidade, ao lado do meu avô. Eu compreendia muito vagamente a ligação de meu avô com a questão indígena e a verdade é que só me dei conta do quão forte era quando ingressei na universidade. Ao me conectar com a Antropologia ao longo da graduação, eu fui em busca de descobrir mais profundamente sua história e neste processo tomei ciência da instituição na qual ele trabalhava. A partir disso, nasceu em mim uma necessidade pessoal e acadêmica de pesquisar sobre o assunto.



Figura 3: Foto de mulher e crianças do Povo Canela



Foto 4: Foto de pai e criança do povo Canela



Figura 5: Foto de meu avô entre indígenas do povo Canela

Como mencionei na introdução, depois de tomar para mim o SPI como tema da minha monografia, eu mergulhei em uma pequena crise existencial e acadêmica até entender sobre o que eu realmente gostaria de abordar neste trabalho. Minha cabeça se iluminou quando me dei conta de que deveria retomar ao meu motivo original: meu avô. Por isso, este segundo capítulo é direcionado a contar sua história e mostrar a parte de sua obra, que foi selecionada para o trabalho. Entretanto, ressalto aqui que essa monografia não é uma biografia social. O que almejo abordar, de fato, é o SPI como instituição, bem como suas dinâmicas de poder. Para tanto, acrescento em minha análise a história e parte do trabalho literário de meu avô, pois entendo que sua trajetória e a do Serviço estão alinhadas em certo ponto. Além disso, acredito que acrescentar o olhar de meu avô, como alguém que serviu instituição por tantos anos, trará um ângulo diferente e abrirá espaço para refletir acerca da moralidade das instituições.

2.1 A trajetória de Olímpio Cruz no SPI

Olímpio Martins da Cruz nasceu em 1909, em Barra do Corda, no Maranhão. A pequena cidade localizada no centro do estado fica a 447 km de São Luís. Segundo

dados do IBGE 2021, a população atual de Barra do Corda conta com aproximadamente 88 mil habitantes.



Figura 6: Imagem do mapa do Maranhão. A linha vermelha aponta a distância entre Barra do Corda e São Luís.

Existem poucas informações concretas disponíveis acerca da formação da cidade, mas, de acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1959), o cearense Manoel Rodrigues de Melo Uchoa a fundou no dia 3 de maio de 1835. Cercada pelos rios Corda e Mearim, o pequeno município é uma terra fértil em meio aos sertões maranhenses. Não por acaso, algumas aldeias indígenas se encontram próximas à cidade, como, por exemplo, a Terra Indígena Cana Brava, que fica a 21 km de Barra do Corda. Nesse sentido, pode-se dizer que a questão indígena é um forte aspecto na história da cidade. Prova disso, é o massacre do Alto Alegre, uma das mais importantes rebeliões indígenas do século XX, que ocorreu justamente na cidade natal de meu avô.

Foi em meio ao cenário de estabelecimento do regime republicano, com várias revoltas ocorrendo pelo país e diversos povos indígenas ainda espalhados pelo território, que Olímpio Cruz cresceu e construiu suas ideias. Infelizmente, consegui recolher pouquíssimas informações acerca da infância e juventude de meu avô. Fato é que as memórias falhas de meu pai e minhas tias não ajudaram muito neste aspecto. Apenas descobri que era filho único, pois sua irmã mais nova morreu ainda pequena, de gripe espanhola. Seus pais, provavelmente analfabetos, trabalhavam no campo e viviam da roça. Meu avô nunca foi à universidade. Apenas concluiu a escola, até a fase que hoje é denominada ensino médio. Seu primeiro emprego foi no jornal *O Norte*, na área de tipografia. Vale ressaltar aqui que este jornal foi um “antigo semanário fundado por Isaac Martins, em 12 de novembro de 1888” (CRUZ, 1982, p. 62). No texto “Viva a República: Os discursos republicanos nos jornais maranhenses 1889-1890”¹ Santos (2013) mostra que *O Norte*, ao lado de outros jornais, “foram criados para a defesa do republicanismo e a crítica contra a monarquia” (SANTOS, 2013, p.11).

No povoado de Naru, próximo à Barra do Corda, ele também trabalhou como professor. Pouco tempo depois, retornou à sua cidade para trabalhar no SPI, proposta que surgiu por meio de um convite, que infelizmente não fui capaz de descobrir a origem – mas que meu pai desconfia fortemente que tenha sido de algum político influente da cidade, pois, segundo ele, meu avô era tido como um homem culto, responsável e de bom caráter. Também não há certeza sobre as datas de tais acontecimentos, mas acredito que seu ingresso na instituição tenha ocorrido em 1939. Foram 25 anos trabalhando diretamente no Serviço, dos quais dez foram em convivência direta com o povo Canela. Uma de minhas tias, a terceira de seus filhos, nasceu numa aldeia Canela. Depois de muitos anos trabalhando como encarregado do posto, ele foi chamado, no início da década de 1960, para assumir a diretoria regional, em São Luís. Lá, ele permaneceu três anos. De acordo com as minhas tias, este período foi o mais difícil na carreira de meu avô, não apenas pela quantidade exorbitante de responsabilidades, mas também pelo excesso de problemas. Elas me relataram que meu avô vivia em conflito e bastante angustiado

¹ SANTOS, Haniery. **Viva a República**: os discursos republicanos nos jornais maranhenses de 1889 - 1890. - São Luís, 2013. Monografia (Graduação) - Curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão.

por estar diante de situações que não conseguia resolver, seja pela falta de verba, ou por questões políticas.

Depois de três anos, ele decidiu entregar o cargo e voltar a Barra do Corda, onde deu preferência a uma função administrativa. Um pouco antes da extinção do SPI, meu avô se aposentou como servidor do órgão. Mesmo após sua aposentadoria ele permaneceu visitando as aldeias, pois era sempre requisitado. Sua experiência e a confiança que detinha dos indígenas com os quais trabalhou era tanta que acabou por colaborar com alguns pesquisadores, como o antropólogo estadunidense William (“Bill”) Crocker, que o procurou a fim de obter ajuda para pesquisar o povo Canela. Depois de deixar o SPI, meu avô passou a ter mais envolvimento com a política local e chegou a presidir a câmara municipal da cidade e assumir a secretaria de administração da prefeitura na década de 1970, a convite do prefeito Fernando Falcão. Em 1974, ele optou por se aposentar definitivamente. Mudou-se para Brasília, com a minha avó, a fim de estar mais próximo de seus filhos, os quais residiam todos na capital. Nos anos 1980, recebeu do governo brasileiro a Medalha Nacional do Mérito Indigenista, na categoria “Pacificador”. É o único maranhense detentor dessa condecoração. No total, foram 37 anos dedicados à causa indígena e de convivência entre os povos Canela, Krahô, Timbira, Guajajara, Krikati e Gavião. Em 1996, Olímpio Cruz faleceu, em Brasília.

2.2 Escritor, poeta e sertanista

Os anos de meu avô no SPI parecem ter servido a ele de grande inspiração. Digo isso porque, dentre suas principais obras, pelo menos seis tratam diretamente de questões indigenistas. O tema aparece de diferentes formas: por vezes se apresenta em poesia, em outras é tratado como pesquisa. Fato é que há uma dedicação de meu avô ao indigenismo, que se mostra muito aparente em seus escritos. Da sua bibliografia, destacam-se os seguintes livros:

- *Puturã*, poesias, edição do autor. São Luís, 1946.
- *Canção do Abandono*, poesias, edição do autor, 1953.
- *Vocabulário dos Quatros Dialectos Indígenas do Maranhão*, pesquisa. Edição da Secretaria de Cultura do Estado, Sioge. São Luís, 1972.
- *Clamor da Selva*, Editora Emgrel. Brasília, 1978.

- *Cauré Imana, o cacique rebelde*, Editora Thesaurus. Brasília, 1982.
- *Relatório Sertanejo, Barra do Corda no Cordel de Olímpio Cruz*, poesia popular. Academia Barra-Cordense de Letras. Barra do Corda/Brasília, 2009.

Suas obras o levaram a ser membro da União Brasileira de Escritores de São Paulo, da Academia de Letras de Brasília, da Academia Maranhense de Trovas e da Academia Barra-Cordense de Letras. Também foi sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Uruguaiana, RS, e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Além de ter sido membro correspondente da Academia Internacional de Letras 3 Fronteiras (Brasil - Argentina - Uruguai), de Uruguaiana, RS, membro correspondente da Academia Internacional de Ciências Humanísticas, de Uruguaiana, RS, e membro correspondente da Academia Internacional de Heráldica e Genealogia de Uruguaiana, RS, e outras associações literárias. Participou ainda de várias edições do *Anuário dos Poetas do Brasil*, organizadas e editadas, no Rio de Janeiro, pelo poeta Aparício Fernandes.

Focalizo aqui a obra *Clamor da Selva*. A obra, publicada em 1978, portanto, quando já estava aposentado, recebeu uma segunda edição em 2017. O livro contém onze poemas, dos quais cinco foram selecionados para este trabalho. A escolha se deu com base na relação mais direta que possuem com os temas ligados ao SPI. Mas para além dos poemas, quero chamar atenção para os detalhes que compõem o livro. A começar pela capa, cuja imagem é uma fotografia tirada por William Crocker. A foto mostra um menino indígena falecido, rodeado pelos demais que choram a sua morte. Tal imagem faz alusão a um tema muito comum no romantismo brasileiro do século XIX. Produções artísticas como “Moema” de Vitor Meirelles (1866) e “O Último Tamoio” de Rodolfo Amoedo (1883) retratam, assim como na capa do livro, a tragédia e o sofrimento dos indígenas.

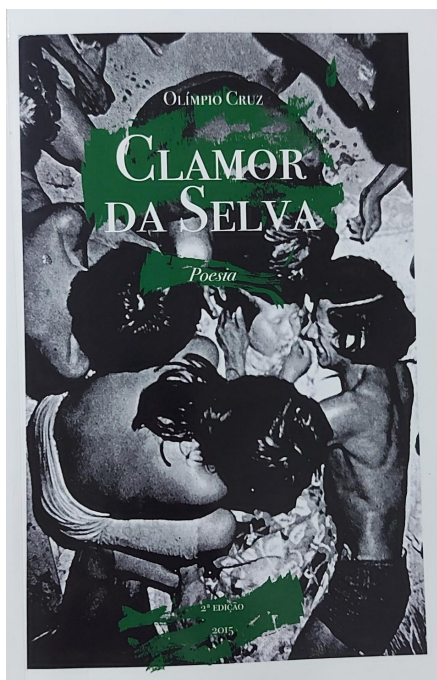


Figura 7: Foto da capa da segunda edição (2015) do livro Clamor da Selva



Figura 8: Imagem da pintura “O Último Tamoio” de Rodolfo Amoedo (1883)

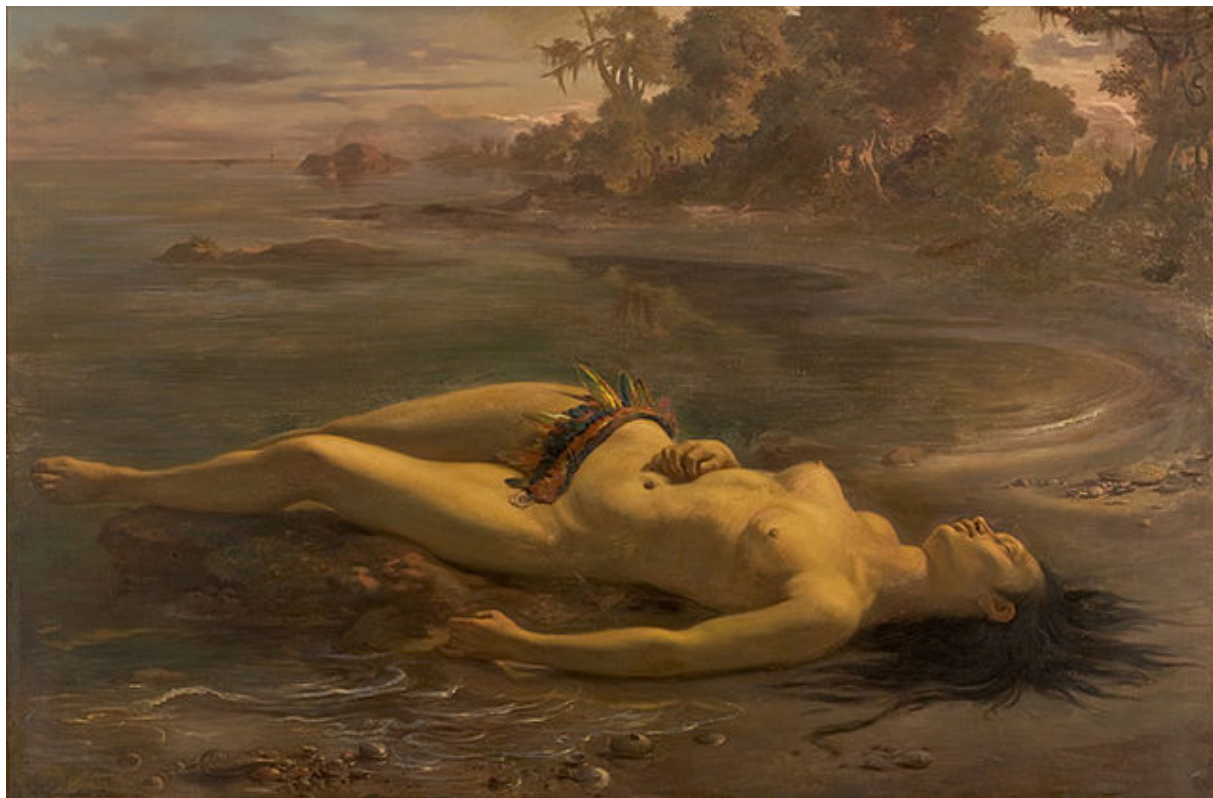


Figura 9: Imagem da pintura “Moema” de Vitor Meirelles (1866)

Parte da dedicatória também merece atenção. Além de dedicar a amigos e família, ele escreve a seguinte mensagem: “A Apoena Meirelles e aos irmãos Cláudio e Orlando Villas Boas - continuadores da obra de Rondon - a minha homenagem.” Neste pequeno detalhe do livro, observa-se a ligação que meu avô mantinha, mesmo após a aposentadoria, com o SPI e o indigenismo, e com a já referida imagem de heroísmo da instituição e dos sertanistas que a compunham. Por fim, na parte direcionada a opiniões e críticas, destaco o comentário de William Crocker: “Olimpio Cruz, como sertanista e como intelectual, tem ao longo dos anos servido à causa do índio com amor e um grande sacrifício pessoal que poucos reconhecem.”

2.3 “Clamor da Selva”, poemas selecionados

Os textos líricos selecionados para este trabalho foram escolhidos com base no conteúdo que apresentam e a relação que estabelecem com o SPI. Isto não significa dizer que os poemas citam diretamente o Serviço, pois de nenhuma forma isso

ocorre. Todavia, com base na análise que irei oferecer no capítulo seguinte, algumas características do SPI poderão ser percebidas nas estrofes. Tais qualidades se apresentam de diferentes maneiras. Dois desses poemas, por exemplo, sendo eles “A morte de Rondon” e “Elegia a Francisco Meirelles”, tratam de personagens da história do indigenismo no Brasil. Nestes textos, Cruz exalta as figuras de Marechal Rondon e Francisco Meirelles, sendo o primeiro considerado o patrono do SPI e o segundo reconhecido por seu trabalho de atração e pacificação dos povos indígenas. Nos poemas, ambos são retratados como verdadeiros heróis da pátria e protetores dos povos originários.

Diversos povos indígenas são citados ao longo dos poemas, além de elementos da fauna e flora brasileira. Este aspecto demonstra o quão abrangente era o conhecimento de meu avô acerca do tema com o qual trabalhou e estudou durante anos. Chamo atenção também para o fato de que o povo Canela recebe um destaque maior, como é o caso do poema “Índios Canela”, o que se dá devido ao longo período que Cruz manteve convivência direta com eles. Há também várias referências à pátria, que por vezes é exaltada, mas também julgada pelo tratamento que oferece aos indígenas. O Brasil é tratado como um país de grande potencial social, cultural e político, mas que peca por sua negligência com aquele que o autor considera “o filho mais sagrado da genuína raça brasileira”. Dessa forma, pode-se dizer que o indigenismo se revela nestes textos líricos por meio de um forte aspecto social e político, que por vezes é tratado em tom de crítica à atuação do Estado para com o tema. Com base nesses poemas, torna-se evidente uma face mais melancólica das políticas indigenistas no Brasil, sentimento este que é muito destacado no poema “O índio morto”.

2.3.1 A morte de Rondon

Murchai de flores da Pátria

Líricas vitórias-régias,

todas as flores,

desde as mais singelas às multicores,

como sejam: do aguapé, do manacá,

do murici, do maracujá,

do muçambê,

do ipê,

da madressilva serrana,

demais flores silvestres,

gitirana!...

Corujas, caborés, cauãs,

roufenho funeral dos dias sem manhãs,

morto é somente o corpo do guerreiro!

Índios, todos os índios flechados de mágoa,

tingidos de luto,

o vosso pranto escuto

e ecoar pelo Brasil inteiro

em doloroso som!...

Ninfas dos bosques,

deusas dos vírides agrestes,

solene é o ritual dos páramos celestes

à recepção litúrgica e festiva da alma de Rondon!

Meus *icûônons*² *menrins*³ de todas as tribos,
de todas as tabas,
caciques, morubixabas,
meus *impéiteis*⁴ irmãos da selva,
nativos do imenso Pindorama,
país sublime na glórias,
célebre na fama
e enaltecido em toda a sua história;

filhos da grande pátria: caiabis, carajás,
guajajaras, canelas e timbiras,
crãos, xerentes, bembés e guarás,
apiacás, borôros, mundurucus,
cinta-largas, terenas, pataxós,
nhambiquaras, xavantes, pancarus,
baianos, cracatis e caiapós;

moços guerreiros, cunharés⁵, curumins⁶;

todos os índios - jês ou tupis -
das inúmeras malocas,
nas longínquas ocas;

² Icuônons - Da língua canela, do grupo Jê, significa amigos.

³ Menrins - Da língua canela, do grupo Jê, é como se chamam os índios.

⁴ Impéiteis - Da língua canela, do grupo Jê, significa bons ou bonitos.

⁵ Cunharés - Da língua guajajara, do grupo Tupi, significa meninas.

⁶ Curumins - Da língua guajajara, do grupo Tupi, significa meninos.

por tudo o que sois,

ouvi-me pois!

Vinde irmanados numa demonstração de puro civismo

de amor e de fé,

junto às dríades das várzeas e campinas

à hora turva do fúnebre lamento,

repassados de amargura e sentimento

ao lado da figura esquelética do Pajé,

queimar as perfumosas resinas:

iromo⁷ e tunaricica⁸,

colhidas no recesso hinterland brasileiro

original incenso que exalta, eleva, dignifica

ainda mais a *azang*⁹ cor de neve do guerreiro

Pobres *intiês*¹⁰ saudosas, lá nas velhas crins

outroras felizes e calmas;

o turíbulo de ouro, sublimado, imenso,

que esparge o incenso,

é conduzido agora por outras almas...

⁷ Iromo - Da língua canela, do grupo Jê, é como se chama a resina odorífera da árvore denominada almécega.

⁸ Tunaricica - Da língua guajajara, do grupo Tupi, é o nome da resina perfumada que, segundo lenda indígena, é formada com uma mistura saliva de uma certa espécie de sapo.

⁹ Azang - Da língua canela, do grupo Jê, significa alma.

¹⁰ Intiês - Da língua guajajara, do grupo Tupi, significa mães.

Pajés das grandes tribos,
vinde ver entre clarões friorentos da alvorada,
quais bandos de irisantes colibris,
milhares de anjos, meigos curumins,
sobre as nuvens baixando,
rezando, em dúlcida toada:
“Na terra, o amor somente o bem tem construído...
Ave Brasil! Pátria nossa! Amém!”
E eles vêm para a assunção triunfal do herói querido.

Chorai *cunhatã*¹¹,
chorai *caraiuzu*¹²
e deixar que para sempre, no eterno amanhã,
a alma da raça exclame:
ele era quase igual a *Papame*¹³,
ele era *icatu*¹⁴!...

Índios de todas as tribos e tabas,
caciques, morubixabas,
do antigo Brasil de Cabral ao Brasil de Tibiriçá,
Poti, Japiaçu, Cunhambebe, Cauré, Mendicapuba,

¹¹ Cunhatã - Da língua guajajara, do grupo Tupi, significa mães.

¹² Caraiuzu - Da língua guajajara, do grupo Tupi, pessoa loura.

¹³ Papame - Da língua canela, grupo Jê, é como chamam o criador de todas as coisas, o equivalente a Deus para os cristãos.

¹⁴ Icatu - Da língua guajajara, do grupo Tupi, significa bom.

Arariboia, Ajuricaba, Coaquira e Uirá,
 inesquecíveis heróis da nossa Poranduba,
 invictos defensores e construtores
 deste país soberbo, agigantado,
 tão querido, pelos bardos enaltecido e decantado;
 vós oh índios, quer tupis ou jês,
 vivos ou mortos, que herdaram de Tupã¹⁵
 a mais bela paragem,
 curvados prestai a justa homenagem
 a quem pela Pátria - e por vós - tudo fez!

 Verguem-se as rudes pontas dos batins das flechas,
 quebrem-se os acordos e rijos tacapes;
 não mais se veja os *porangas*¹⁶ *enduapes*¹⁷,
 visto que escondeu-se nas fendas do rochedo da Pátria
 o maior de todos *muiraquitãs*¹⁸!

 “Meninos, eu vi”

 o orvalho da relva

¹⁵ Tupã - "Entidade associada pelos índios tupi-guarani à destruição do mundo, considerada inevitável no futuro, mesmo tendo ocorrido em passado remoto. O conceito é apontado pelos antropólogos não como equivalente ao Deus dos cristãos, mas "como um ato divino, sopro, a vida, que ganha vida com o fluxo que por ela passa". O conceito divino teria sido atribuído pelos missionários católicos no século XVI, com o padre Anchieta." (CRUZ, 1978, p. 26)

¹⁶ Porangas - Da língua guajajara, do grupo Tupi, significa bonitos.

¹⁷ Enduapes - Da língua guajajara, do grupo Tupi, é como chamam os enfeites de penas de aves em forma de cinto.

¹⁸ Muiraquitãs - Do tupi, significa literalmente "nó das árvores" ou "nó das madeiras". Define um objeto talhado em pedra ou madeira, representando pessoas ou animais, ao qual são atribuídos poderes sobrenaturais.

transmudar-se no pranto,
(que hoje expresso em meu canto)
cair ressentido...
E ouvi de repente,
de forma dolente,
o CLAMOR DA SELVA
bem alto exprimir um longo gemido!

Sombras, passai rumo a poente!
Guerreiros, despedi-vos até
quando a terra torna-se num vácuo
onde não mais se escute os sons do boré¹⁹!

Bandeirante de dois séculos,
caraiumui ²⁰dos índios, Marechal da Paz,
espíritos alados,
catecúmenos de Nóbrega e Anchieta (e os não batizados
irmãos da Mãe D'Água, do Reino do Fundo
ou de outro culto quase igual ao de Vesta),
num gesto sublime, piedoso e gentil,
levem-te, de manso, às regiões siderais;
ao tempo do *luác*, mais alto que os céus
do nosso Brasil,

¹⁹ Boré - Da língua guajajara, do grupo Tupi, significa pequena buzina.

²⁰ Caraiumui - Da língua guajajara, do grupo Tupi, significa grande chefe branco, civilizado.

adeus, adeus!

2.3.2 Dezenove de abril

Índio, meu irmão que ainda está distante,

hoje, neste dia,

em que os brancos falam tanto

acerca do heroísmo e dos teus feitos,

escuta-me, quero falar contigo:

não quero que abandones o seio da Mãe Selva,

e, sim, vejas à tua frente um novo sol!

Não te peço olvidar a encantadora lara

dos nossos grandes rios!

Apenas te peço que venhas comigo

e, unidos, marchemos, firmes, de mãos dadas,

em busca do verde Oeste,

seguindo as pegadas do Bandeirante invicto,

o teu patrono - o Marechal Rondon

e os demais heróis desbravadores da imensa Amazônia,

a fim de abriremos mais estradas longas, muito longas,

desde o Chuí ao Roraima,

e por elas caminharos

em rumo à verdadeira integração!

2.3.3 Elegia a Francisco Meirelles

Chorai xavantes, que a notícia é triste!

Ficai sabendo que o Pai Chefe é morto;

nunca mais voltará às velhas tabas!

Agora, emurcheçada é a grande flor

e dos caules anosos das almécegas

cai a lágrima morna das resinas...

Bem que o Pajé previra que Monon

do Chefe branco a aproximar-se vinha,

quando piaram feios caborés

e aquelas aves negras crocitaram!...

Lá fora, noite adentro, mãe-da-lua

não solta à meia noite o horrível grito

para que os anjos, curumins vermelhos,

possam sem medo conduzir o herói!

Não canta, agora, o uirapuru da Pátria

sem que o primeiro suba a azang branca

do grande Chefe ao alcandorado luác,

onde espera Tupã seus filhos bravos.

Enfim, quando no jogo já se extingue
a resina colhida ao pôr do sol,
logo em surdina, o maracá se embala
e ressoam buzinas, voam flechas
rasgando nuvens para abrir o espaço
a que pertence o caraiumui Meirelles!

Escada de Jacó, Pai Chefe, agora,
há de sempre firmar teus pés cansados
de buscar cinta-largas e xavantes, todos, além, no coração da selva.

Para a alma de quem parte é o canto bárbaro...

Virgens cunhãs, colhei porangas flores
para o velho Pajé cobrir-lhe a rede,
no antigo ritual das suas tribos!...

2.3.4 Índios Canelas

Peles vermelhas, nômades das belas
campinas onde o sol beija o recorte
das montanhas azuis, as aquarelas
das naturais pinturas cá do Norte!

Filhos dos que avistaram caravelas,
mensageiras, talvez, da própria morte,
sede sempre indômitos Canelas,
brasílea raça, destemida e forte!

Índios Canelas, filhos dos Timbiras,
ingente inspiração das grandes liras,
que decantaram nossas nostalgias!

Sois vós os índios de viver mais puro,
herdeiros no presente e no futuro
dos versos de ouro de Gonçalves Dias!

2.3.5 O índio morto

Ei-lo, tão magro, morto, desprezado,
tendo por leito esfarrapada esteira,
ele que é tudo, o filho mais sagrado
da genuína raça brasileira

Vede, senhores: morto, abandonado,
envolvo em simples ramos de palmeira;
não pede mais a proteção do Estado,

nem mais abrigo à sombra da bandeira!...

Para viver assim, desprotegido,
melhor lhe fora não haver nascido,
para não ser da Pátria a rude escória.

Triste é dizer, mas é verdade pura,
apenas teve franca - sepultura,
e eu faço reticência nessa história...

3. ANÁLISE DOS POEMAS SELECIONADOS

Quando li *Clamor da Selva* (1978) pela primeira vez, eu era uma criança, tampouco entendia o conteúdo do livro. Hoje, depois de ter tido a oportunidade de compreender melhor o indigenismo no Brasil, eu consigo perceber de forma clara a influência do SPI nas obras de meu avô. Apesar de não haver uma citação direta ao órgão, o Serviço aparece por meio de detalhes, nas entrelinhas dos poemas. Por isso, a obra escolhida exige um exercício de interpretação. A proposta deste capítulo é desvendar os poemas escolhidos, identificando neles características que revelam o SPI e seus ideais.

Para tanto, a tese de Souza Lima, será recrutada aqui como base de apoio teórico. No livro *Um grande cerco de paz* (1995), o poder tutelar é discutido como um recurso construído com base na ideia de proteção fraternal e que é utilizado pelo Serviço a fim de obter um tipo de dominação sobre os povos originários. Tal instrumento é peça-chave para compreendermos a atuação do SPI e seu papel na formação do Estado no Brasil. Não por acaso, as características mais evidentes nos poemas selecionados estão relacionadas à tutela do Estado para com os povos indígenas e a exaltação da pátria. Nos textos, o indígena é representado como um indivíduo que necessita de uma proteção para sobreviver e guiar-se pelo mundo moderno. Nesse sentido, a pátria aparece como um local que, idealmente, deve servir de refúgio para este índio desamparado. Dessa forma, há uma exaltação da ideia de nação, que é reafirmada por símbolos e heróis. Acompanhado do nacionalismo e do poder tutelar, surge também a noção do integracionismo territorial e social.

Nesse sentido, o poder tutelar e o nacionalismo serão os principais pontos nos poemas. Todavia, também identifiquei um outro aspecto nos textos selecionados, que se refere não a uma característica do SPI, mas sim ao posicionamento de meu avô perante a tais questões. Em alguns poemas, é possível identificar um tom de crítica à execução das políticas indigenistas do país. Portanto, o julgamento de Cruz em relação conduta do Estado e à situação na qual se encontravam os povos indígenas no Brasil naquele momento também serão objeto de análise neste capítulo. A partir disso, procurarei trabalhar com a ideia de ativismo institucional, desenvolvida por Rebecca Abers.

3.1 Nacionalismo, Poder tutelar e críticas à atuação do Estado

Antes de dar início a análise, é preciso retomar alguns conceitos trabalhados por Souza Lima (1995). É preciso lembrar que no início do século XX, o Brasil passava por um processo de transição entre o fim do regime imperial e o início da República. Portanto, era preciso dissipar o fantasma da monarquia. Iniciava então, uma nova fase, na qual um dos principais objetivos seria a construção de uma nova identidade nacional. Havia uma grande preocupação em alcançar a homogeneidade, isto é, em formular símbolos e figuras que caracterizassem de forma legítima o Brasil como nação. A produção de símbolos é uma das formas pelas qual um Estado é capaz de propagar seus ideais. Ao fazer com que as ideias transcendam o mundo abstrato e se materializem no mundo real, a atenção das pessoas é captada no sentido de despertar respeito e devoção. Nesse sentido, o SPI, como aparelho estatizado de poder, foi amplamente utilizado pelo governo no processo de construção nacionalista. O trabalho do SPI demandava uma disputa cultural pela figura do indígena na busca pela formação de uma identidade brasileira. Tal figura, por vezes, era representada de forma romantizada, imbuída na ideia de “bom selvagem”, de Rousseau. Mas havia também uma preocupação com que este indígena fizesse parte da nação e que, a longo prazo, se tornasse “civilizado”, um verdadeiro cidadão brasileiro.

Entretanto, a formulação da identidade nacional ocorria não apenas por meio de um processo cultural, mas também por uma prática de integração territorial e de “pacificação” dos povos. Um dos propósitos qual o SPI foi criado estava centrado na busca por controlar e ocupar territórios a fim estimular o desenvolvimento econômico e a integração regional. Souza Lima entende a atuação do SPI como uma forma de guerra de conquista:

trata-se de sedentarizar povos errantes, vencendo-lhes – a partir de ações sobre suas ações e não da violência – sua resistência em se fixarem em lugares definidos pela administração, ou de capturar para esta rede de aparelhos de gestão governamental outros povos com longo tempo de interação com o conquistador, operando para tanto com a ideia de um mapa nacional. [...] este poder incide sobre espaços, estabelecendo-lhes limites muitas vezes com o emprego de processos fundamentalmente de exibição e

de teatralização, criando assim territórios para e pela função de administrá-los. (SOUZA LIMA, 1995, p. 74).

Assim, a disciplinarização do espaço e das populações indígenas era tida como uma garantia de consolidação e desenvolvimento do Estado como nação. Souza Lima também chama atenção para o fato de que o poder tutelar era um recurso amplamente utilizado para “obter o monopólio dos atos de definir e controlar o que seja a população sobre a qual incidirá” (SOUZA LIMA, 1995, p. 74). Com a justificativa de proteger os povos originários, o poder tutelar, como um poder estatizado, era uma forma de intermediar a cidadania dessas populações. Com base no status de incapacidade civil, no qual os nativos foram inseridos, era necessário um aparelho que os representasse politicamente – eis o papel primordial do SPI. Dessa forma, a proteção fraternal deveria ser utilizada como forma de proteger e guiar os povos indígenas, até que estes fossem capazes de elevar seu estágio civilizacional, o que deveria acontecer de forma gradativa e com o auxílio do Estado. Pode-se dizer que a perspectiva liberal e positivista, que dava base ao projeto republicano, projetava no SPI a missão de contribuir para a formação do Estado-nação no Brasil. Nesse ponto, Souza Lima (1995) se apoia nas ideias de Benedict Anderson²¹ para pensar no Serviço como um órgão que fez parte da formação do Brasil como uma nação imaginada, portadora de uma identidade nacional que é construída a partir de um processo político, territorial, econômico e cultural.

Se atentarmos aos detalhes que compõem o livro *Clamor da Selva* (1978), podemos observar nos poemas a presença dos pontos destacados por Souza Lima em sua tese. Ao retornarmos os conceitos trabalhados por este, vemos o reflexo dos ideais do SPI na poesia de Olímpio Cruz. Como mencionei e como pode ser atestado na interpretação que ofereço acerca dos poemas, percebe-se que o SPI não é mencionado de forma objetiva. O órgão se revela à medida que desvendamos os textos e tomamos conhecimento do contexto no qual o livro se insere. Dessa forma, o nacionalismo, a proposta integracionista e a proteção fraternal são características do Serviço que se apresentam de forma suave, nas entrelinhas dos poemas.

²¹ O antropólogo e historiador Benedict Anderson é autor do livro *Comunidades imaginadas* (1983), no qual trabalha o conceito de nacionalismo na era moderna.

No texto de apresentação do livro, Wolney Milhomem, jornalista e escritor maranhense, declara que este livro de Olímpio Cruz é “um documento humano de inocultável dignidade, tal a força de afirmação percebida em cada estrofe. Aflora na obra a energia de um sentimento – extremamente amoroso – como se o poeta derramasse a própria índole, para abranger num arco mágico de fraternidade as nossas tribos.” Essa declaração traduz bem alguns dos ideais defendidos pelo Serviço. Ao se utilizar do pronome possessivo “nossas” para fazer referência as tribos, ele demonstra a ideia dos povos indígenas como pertencentes à nação brasileira. Além disso, o “arco mágico de fraternidade” faz alusão a proteção fraternal.

Há uma certa angústia e agitação em suas palavras, mas também é possível identificar um sentimento de resiliência, que é acompanhado por uma forte exaltação da pátria brasileira, de seus heróis indigenistas e da esperança nos mais diversos povos indígenas que se encontram espalhados pelo país. O poema “A morte de Rondon” manifesta bem tais características, pois como Milhomem declarou, ele exprime “a confissão de dor de um continente órfão, o autor exalta nesse hino de santa revolta e convoca as forças da criação para universalidade de um lamento”. Ao tratar da morte de Marechal Rondon, Cruz revela sua melancolia e preocupação com a situação dos indígenas, que ficaram sem aquele que o autor considera como um “herói querido”. Segundo o poeta, os diferentes povos indígenas citados no texto lírico, chamados de “filhos da grande pátria”, lamentam e sofrem por sua perda. Eles e o resto da floresta, toda a fauna e flora, são convocados para prestar homenagem a “quem pela Pátria – e por vós – tudo fez!” Nesse ponto Cruz enaltece a imagem de Rondon como sertanista e protetor dos indígenas.

Outro poema que também faz referência a uma figura do indigenismo brasileiro é “Elegia a Francisco Meirelles”. Nesse texto, o sertanista pernambucano, que teve destaque nacional por seu trabalho de pacificação com vários povos indígenas, é homenageado e celebrado como herói. É lamentada a morte do “Pai Chefe”, denominação que o autor utiliza no texto para se referir a Meirelles. Cruz descreve essa morte como um triste acontecimento para os indígenas e, de forma lírica, descreve os curumins vermelhos conduzindo o corpo do herói indigenista enquanto “ressoam buzinas, voam flechas, rasgando nuvens para abrir espaço a que pertence o caraiumui Meirelles!”. Por meio das palavras de Cruz, Meirelles é

descrito como um homem que detinha um forte sentimento de respeito e de admiração por parte dos indígenas. Por isso, sua morte, assim como a de Rondon, é retratada nos poemas com um sentimento de sofrimento e grande perda.

Tanto em “A morte de Rondon” como em “Elegia a Francisco Meirelles”, o nacionalismo se faz muito presente, não apenas por associar a figura desses indigenistas ao heroísmo, mas também por exaltar fortemente a pátria brasileira. Outro poema em que o nacionalismo é promovido amplamente é “Dezenove de abril”. Neste, cujo título faz referência ao dia nacional dos povos indígenas, o nacionalismo apresenta uma face positivista e integracionista, duas fortes características presentes na atuação do Serviço. A escolha do tema e do título, por si só, já demonstra um aspecto do nacionalismo que é voltado para a exaltação de símbolos nacionais, sendo a própria data um signo. Na primeira parte do poema, Cruz, de forma intimista, mantém um diálogo direto com os indígenas. Ao chamar para a conversa aquele que o autor considera como “um irmão que ainda está distante”, declara que não quer vê-lo abandonar “o seio da Mãe Selva”, mas pede para que ele “vejas à tua frente um novo sol!”. Esse convite trata da união que deve ser traçada com os não-indígenas “em busca do verde oeste” e da condição transitória de indígena, que será superada pela evolução. O Marechal Rondon e “os demais heróis desbravadores da imensa Amazônia” são citados como aqueles com quem os indígenas devem marchar juntos para a construção de estradas que vão “desde o Chuí ao Roraima”. No fim do poema, o autor demonstra o motivo dessa marcha: ele a justifica por considerar que isto os levará “rumo a verdadeira integração”. É nesta última estrofe que Cruz aponta um dos principais objetivos pelo qual o SPI foi criado: o integracionismo, que tem como princípio agir de forma a estimular e manter a unidade do território e da população brasileira. Isso demonstra, também, a intenção de incluir os povos indígenas no futuro do país, porém, não como povos e, sim, como indivíduos, e nem como indígenas, mas como trabalhadores nacionais civilizados. Em “Índios canelas”, poema em que o autor faz uma referência especial ao povo indígena com qual teve mais proximidade durante sua carreira, os povos originários são considerados “herdeiros no presente e no futuro”. Ademais, é relevante citar que neste texto a figura do indígena é altamente romantizada. Cruz chega a fazer referência aos “versos de ouro de Gonçalves Dias”.

Apesar de exaltar a pátria e defender a comunhão entre indígenas e não indígenas (logo, a descaracterização daqueles), Cruz abre uma ressalva para críticas em “O índio morto”. Este poema, que considero, entre os demais, o mais sensível e expressivo com relação à realidade dos indígenas no Brasil, trata de uma indignação por parte do autor com a atuação, ou melhor, a não atuação do Estado nas políticas indigenistas. Como alguém que trabalhou no SPI, Cruz tinha em mente a importância da presença do Estado e o seu dever de proteger esses povos. Aqui, percebe-se a relevância que o autor dá à proteção fraternal, um dos pilares ideológicos da instituição na qual trabalhou. É evidente neste poema a compreensão do poder tutelar como um tipo de amparo e auxílio essenciais para a garantia da defesa da vida dos indígenas. Ao longo do poema, o autor descreve um índio desprezado e abandonado pelo governo que “não pede mais a proteção do Estado, nem mais abrigo à sombra da Bandeira”. Cruz nos faz compreender que a negligência teria ocasionado a morte desse indígena desprotegido. Em um tom melancólico, somos levados a refletir sobre as consequências desse suposto desamparo.

É importante ressaltar que o posicionamento crítico do autor se dá com relação à atuação do Estado (num período em que já se encontra aposentado e, talvez, a par dos desmandos internos ao órgão) e não aos ideais promovidos pelo SPI. Prova disso é que, como demonstrado por meio dos demais poemas, há uma exaltação das figuras e dos feitos de Rondon e Meirelles. Além do mais, o nacionalismo e o integracionismo são reafirmados positivamente pelo autor. Da mesma forma, a proteção fraternal é defendida e sustentada nos poemas como uma forma de salvaguardar a vida dos povos indígenas. Isso indica que Cruz aderiria aos ideais do Serviço, mas estaria insatisfeito com a realidade do país e o desempenho da instituição no momento. Em “O índio morto” essa insatisfação se manifesta por meio da crítica à ausência das políticas promovidas pelo SPI. Isso, para o autor, era um dos principais motivos que ocasionava em sofrimento aos nativos.

3.2 A presença do ativismo institucional no livro “Clamor da selva”

No livro *Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira* (2021), a cientista política Rebecca Neaera Abers traz reflexões acerca da ação militante praticada por alguns servidores públicos no exercício de suas funções. O

livro traz exemplos da contestação da hierarquia e do status quo que partem de dentro dos órgãos públicos. Apesar da literatura acadêmica costumeiramente focalizar sua atenção nos casos mais clássicos que envolvem o ativismo, Abers busca “desestabilizar conceitos tradicionais na literatura de movimentos sociais sobre quem luta, quais repertórios de contestação política empregam e em quais arenas lutam” (ABERS, 2021, p.18). Um dos objetivos da autora neste livro é justamente quebrar a “distinção rígida que existe entre política institucional e não institucional” (ABERS, 2021, p.18). A ideia de contestação está no centro da noção de ativismo institucional. O conceito está relacionado à luta travada por servidores no interior das instituições, para alcançar aquilo que acreditam. É pensar na burocracia como uma arena de luta, habitada por indivíduos que possuem crenças morais e que por estas podem ser guiados. Para tanto, os servidores muitas vezes recorrem ao uso de rotinas institucionais, como a produção de manuais, protocolos, decretos, relatórios etc. Na maioria dos casos, não se trata de fazer revoluções, muitas vezes não há nada de muito radical no ativismo promovido, mas trata-se de plantar sementes de luta dentro das instituições.

Olímpio Cruz foi servidor do SPI durante 25 anos, seu trabalho serviu de inspiração para a produção de poemas, romances e pesquisas. Como tentei demonstrar na análise dos poemas do livro *Clamor da Selva* (1978), tudo indica que o ex-servidor do SPI acreditava fielmente nos ideais promovidos pelo Serviço. Isso não exclui o fato de que o poeta pudesse estar insatisfeito com a atuação da instituição. Nos poemas em que Cruz cita a morte de Rondon e Meirelles, ele expressa forte preocupação com os indígenas, que sem essas figuras de renome do indigenismo brasileiro, a seu juízo ficariam desprotegidas e à mercê da ação do Estado. Estado este, que, para Cruz, estava agindo de forma negligente para com os povos indígenas, deixando-os desamparados. Há, ao mesmo tempo, uma defesa da proteção fraternal, um dos pilares ideológicos do SPI, e uma crítica à displicência das políticas indigenistas brasileiras. “O índio morto” é o poema que melhor expressa esse sentimento de angústia e de indignação do autor. Dessa forma, considero os poemas de meu avô uma forma de exercício do ativismo social – se não, ao menos, uma expressão de como aderiu ao sentido de propósito da instituição, a ponto de criticar abertamente seus desvios de curso. Ao escrever sobre os problemas sociais que envolviam os povos indígenas e exaltá-los como uma

figura importante da nação brasileira, meu avô não estaria apenas expressando seu sentimento, mas usando sua poesia como forma de protesto. Mas um protesto escrito por um ex-servidor, em formato de texto lírico, pode ser entendido como ativismo institucional? Por que não? Se um ex-servidor com anos de experiência e certo reconhecimento na literatura escreve poesias de caráter político e social que trazem à tona críticas à atuação da instituição na qual trabalhava, por que isso não poderia ser considerado uma forma de ativismo? Compreendo que a intenção de meu avô não era apenas compor versos bonitos, mas também chamar atenção para uma causa, se utilizando de seu conhecimento e do lugar de respeito que ocupava para tanto.

Considerações finais

Ao analisar os poemas de Olímpio Cruz, nós encontramos, no decorrer das estrofes, elementos que condizem com a narrativa oficial formulada e disseminada pelo SPI acerca de sua própria história. A imagem de heroísmo, comprometimento e dedicação para com a causa indígena é parte da identidade que o órgão construiu para si. Mas ao fazer uma análise mais profunda da instituição, vemos como a atuação do Serviço estava inserida em um contexto político e ideológico que procurava corresponder à urgência de consolidar um Estado nacional moderno e a identidade cultural do país. Em *Um grande cerco de paz* (1995), Souza Lima vai além da narrativa heroica oferecida pelo SPI e demonstra como os métodos adotados pelo Serviço buscavam planificar e estimular a construção do Estado-nação. Dessa forma, a tese de Souza Lima oferece uma visão crítica, que busca desvendar o órgão a partir de um sentido sociológico. O antropólogo consegue lançar luz às dinâmicas que constituem a forma de poder estatizado utilizada pelo SPI. Ele demonstra como o poder tutelar, bem como os processos de integração de redes sociais e territórios, eram uma maneira de garantir um controle maior sobre as populações indígenas e estimular a assimilação de símbolos e um modo de vida alheio à sua cultura.

Dessa forma, a visão de Cruz (1978) acerca do Serviço, refletida em sua obra, faz parte de uma narrativa que condiz com aquilo que o órgão . Isso demonstra o poder do SPI como instituição, pois vemos que a imagem de heroísmo e bravura que projetava era uma crença adotada e defendida por alguns de seus membros, como o meu avô. A forma como construiu e manteve sua identidade como instituição é, portanto, uma das maneiras pelas quais o SPI sustentou e conservou parte de seu poder durante e, de certa forma, após sua existência. Ao me utilizar da tese de Souza Lima (1995) para fazer uma análise dos poemas, procurei desvendar e desconstruir a história oficial do Serviço. Percebendo nos textos líricos características da atuação do SPI, pude apontar e examinar mais de perto suas dinâmicas de poder. No capítulo três, a análise dos poemas evidencia um dos principais pontos discorridos por Souza Lima (1995), referente à construção do poder tutelar como forma de guerra de conquista, desenvolvida com base nas ideias de Foucault acerca do exercício do poder. De acordo com Souza Lima (1995), a ideia de conquista não se apresenta na atuação do Serviço por meio da violência

física e, sim, da violência simbólica: “a guerra não é, pois, só uma forma de destruir e instaurar catástrofes, mas via constitutiva de novas relações sociais, base de múltiplos sistemas de aliança e antagonismo” (p. 46). Assim, podemos dizer também que o nacionalismo e o positivismo presentes no Serviço, e seus ideais integracionista e de proteção fraternal, constituíam as dinâmicas de poder na própria instituição.

Nos poemas analisados, percebe-se a convicção de Olímpio Cruz nos ideais da instituição na qual trabalhava. Por meio da análise de seus textos, é possível encontrar a defesa de princípios nacionalistas e integracionistas. Ao fazer uma referência romantizada aos indígenas, ele entende a existência desses povos como primordial para a formação do Estado-nação brasileiro. Por isso, chama atenção para o fato de que deve ser garantida proteção aos “filhos da grande pátria”. O poema “O índio morto” é capaz de exprimir o lamento e a indignação do autor para com a atuação do Estado sobre os povos indígenas. Nesse sentido, a proteção fraternal é entendida e defendida como forma de amparar os nativos. A preocupação de Cruz em defender a vida indígena está associada a um comprometimento pessoal do autor com a causa. Os vinte e cinco anos em que esteve trabalhando na instituição claramente serviram de inspiração para suas obras. Dessa forma, a angústia do autor em relação à realidade, se manifesta por meio de sua escrita lírica. A poesia de Olímpio Cruz pode ser entendida, então, como uma maneira do antigo servidor do SPI expressar suas crenças e externar suas críticas ao Estado.

Pensar no meu avô como um servidor que escrevia sobre a instituição da qual fez parte, abriu uma brecha para se discutir neste trabalho o conceito de ativismo social. Com base nas ideias oferecidas por Rebecca Abers, foi possível pensar na burocracia como uma arena de luta, desafiando a concepção de que o Estado é apenas “uma caixa preta a serviço de classes dominantes ou grupos de interesse” (ABERS, 2021, p.18). De acordo Abers, pode surgir, dentro das instituições, uma forma de resistência por parte dos servidores contra aquilo com que não concordam, ou não está alinhado aos seus valores pessoais. *Clamor da Selva* (1978) é um livro em que Cruz escreve de acordo com suas crenças morais. Dessa forma, apesar de exaltar os ideais do Serviço, os poemas também mostram sua insatisfação para com o rumo das políticas indigenistas. Por isso, o que procurei desenvolver neste trabalho é a noção da poesia de meu avô como uma forma de contestação, não

oficial, à postura negligente do Estado ao tempo em que ele se aposentou. Entendo que seus escritos foram a forma como ele encontrou de expressar e lutar por aquilo que acreditava.

Ao concluir meu arco de raciocínio e chegar ao fim deste trabalho, eu me pergunto o quanto do meu objetivo inicial eu consegui atingir. Em relação às minhas motivações acadêmicas, acredito que as leituras e pesquisas que fiz ao longo da produção desta monografia me fizeram ter uma visão muito mais ampla do que foi o SPI. Entrar em contato com diferentes obras, autores e narrativas, abriu minha mente para entender como o Estado brasileiro construiu sua relação com os povos indígenas desde o início da história e, mais especificamente, no período republicano. Nesse sentido, a obra de Souza Lima (1995) foi um excelente guia, pois me trouxe conceitos importantes para a construção deste trabalho. Entender o SPI como uma instituição que exerceu um tipo de poder de Estado sobre os povos indígenas foi, com certeza, um dos conceitos mais valiosos com o qual tive contato. Mas não foi apenas uma curiosidade acadêmica que me trouxe até aqui. A ideia do tema surgiu por meio da necessidade pessoal de me conectar com meu avô. Nesse processo, li e reli suas obras, fui atrás de fotos antigas e escutei diversas histórias no qual ele era o protagonista. Confesso que me prender a isso foi um dos principais motivos pelo qual me mantive firme para dar continuidade ao trabalho. Foi extremamente cansativo, mas eu posso dizer que valeu a pena, porque a cada palavra que eu escrevia, me sentia um pouco mais próxima dele.

REFERÊNCIAS

- _____. **“Os termos da outra história”**. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos indígenas no Brasil, 1996-2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. p. 50-51.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. “Introdução a uma história indígena”. In:
- ABERS, R. N., ed. **Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira**. Brasília: Editora UnB, 2021
- ABERS, Rebecca Neaera. **Bureaucratic Activism: Pursuing Environmentalism Inside the Brazilian State**. Conference of the Latin American Studies Association, Boston, MA, p. 1-24, 23 maio de 2019.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARRA do Corda (MA). In: **ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 15. p. 68-77.
- COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6 ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1994;
- CRUZ, Olímpio. **Cauré Imana, o cacique rebelde**. Brasília: Thesaurus, 1982.
- CRUZ, Olímpio. **Clamor da selva**. Brasília: Empr Graf Ed, 1978.
- CRUZ, Olímpio. **Vocabulário de quatro dialetos dos índios do Maranhão: Guajajara, canela, urubu e guajá**. São Luís: Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Departamento de Cultura, 1972.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo: 1998.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979 (25ª edição, 2008).
- FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Indigenismo e Antropologia: o Conselho Nacional de Proteção aos Índios na Gestão Rondon (1939 - 1955)**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. Museu Nacional - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 1990.
- FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **O SPI na Amazônia: Política Indigenista e conflitos regionais 1910 – 1932**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2007.
- FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena**. Brasília: Abravídeo, 2009.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1989.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. Companhia das Letras (Ed.), 2019.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1995. **Um Grande Cerco de Paz**. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Aos Fetichistas Ordem e Progresso**: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1985.

RIBEIRO, Beatriz Lima. **Instituto Socioambiental**: continuidades e descontinuidades de um processo de institucionalização? Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola /Ministério da Agricultura (Atualidade Agrária nº1). 1962.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização** – a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROCHA, L. M. **A política Indigenista como objeto de estudo**: 1930-1967. História Revista (UFG. Impresso), Goiânia GO, v. 1, p. 103-123, 1996.

ROHTER, Larry. **Rondon**: uma biografia. tradução: Cássio de Arantes Leite - 1ª edição - Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2019.

SANTOS, Haniery. **Viva a República**: os discursos republicanos nos jornais maranhenses de 1889 - 1890. - São Luís, 2013. Monografia (Graduação) - Curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Sobre tutela e participação**: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI. 2015.